

ACESSIBILIDADE NOS AUDITÓRIOS DA UFRSA, CAMPUS MOSSORÓ, NA PERSPECTIVA DOS INDIVÍDUOS E DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 9050/2015

Matheus Farias de Souza¹, Blake Charles Diniz Marques²

Resumo: Discutida no final do século XX, falar sobre acessibilidade é de fundamental importância nos dias atuais. É indispensável a aplicação da acessibilidade aos locais, pois ela torna mais igualitário o acesso aos locais públicos ou privados para os deficientes físicos ou pessoas com pouca mobilidade, em comparação com as pessoas que não possuem nenhum tipo de deficiência. O artigo teve como objetivo geral analisar a acessibilidade em alguns auditórios da UFRSA, campus Mossoró e verificar se a mesma está em conformidade com a norma NBR-9050/2015. Foi feita a visita aos auditórios e a aplicação de um questionário para entrevistar o portador da deficiência visual e os voluntários que não possuem nenhuma deficiência, levados à instituição, para eles poderem opinar sobre a estrutura dos locais. Após a visita aos locais e a análise das respostas recebidas pelos indivíduos, constatou-se que todos os auditórios apresentaram problemas consideráveis e receberam notas de acordo com o nível de não-conformidade com a norma. O primeiro auditório recebeu notas ruins, porém, os outros dois auditórios receberam boas notas, mesmo apresentando problemas.

Palavras-chave: Acessibilidade; Deficiência; Desenho Universal; Auditório.

1. INTRODUÇÃO

O termo *acessibilidade* pode ser compreendido como as condições oferecidas no espaço às pessoas que portem algum tipo de deficiência, para que elas possam utilizar-se desses locais com segurança e autonomia, seja eles edificações, equipamentos urbanos ou transportes. Em outras palavras, é a subtração de barreiras arquitetônicas nesses locais e a adaptação dos meios de transporte. [3]

Quando se trata desse assunto, não se pode deixar de mencionar o Desenho Universal. A definição de Desenho Universal ou Desenho para Todos pode ser dada como a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, ou seja, todas as exigências da acessibilidade se fazem presente. [13]

No que diz respeito à acessibilidade, foi criada a norma NBR-9050 em 1985 e atualizada em 2004 e 2015, onde esta norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade (ABNT, 2015).

De acordo com o censo do IBGE realizado em 2010, o Brasil apresenta 23,9% de pessoas com pelo menos algum tipo de deficiência e essa porcentagem é dividida de acordo com o tipo de deficiência (Figura 1).

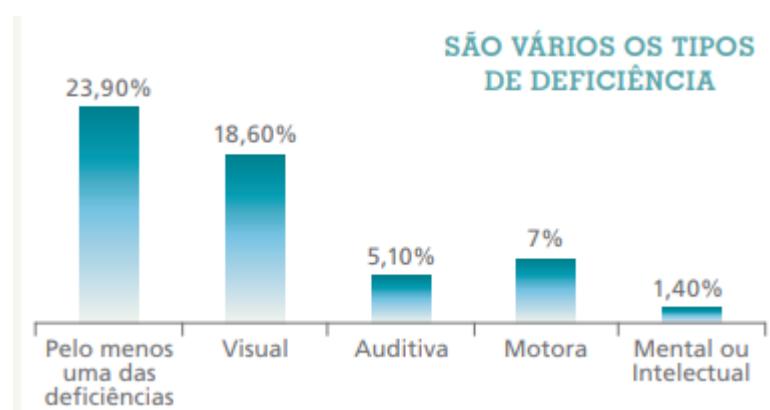


Figura 1 – Gráfico dos tipos de deficiência no Brasil (Fonte: Cartilha do Censo do IBGE de 2010, 2018.)

Os auditórios da UFRSA são algumas das edificações que são necessários a aplicação das normas da NBR-9050/2015, sendo ela uma instituição pública, o uso desses auditórios é constante por parte dos alunos e de outras pessoas que não cursam na universidade, portanto, a probabilidade de alguém que possua alguma deficiência física ou visual é alta. Tendo como base as informações passadas, foi apresentado como objetivo desse estudo a análise da conformidade dos locais indicados com a norma da ABNT que fala sobre acessibilidade em edificações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – Acessibilidade

No final da década de 40, o termo acessibilidade relacionado ao acesso de pessoas com deficiência surgiu a partir dos serviços de reabilitação física e profissional. Os profissionais de reabilitação começaram a denunciar barreiras arquitetônicas nos edifícios, meios de transporte coletivo e espaços públicos, surgindo assim a fase de integração da acessibilidade, onde durou cerca de 40 anos para aos poucos incluir-se na sociedade. No período da década de 60, as primeiras tentativas de eliminar as barreiras arquitetônicas foram iniciadas por algumas universidades americanas em seus recintos.

“As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade” (ONU, 1975).^[23]

Nos anos 70, em Berkeley, Califórnia, EUA, houve o surgimento do CVI (Centro de vida independente) pela primeira vez, sendo um marco para impulsionar a criação de centenas de centros pelo mundo, o que desencadeou ainda mais as discussões e preocupações sobre a subtração das barreiras arquitetônicas, bem como colocar em prática as ideias para soluções desses problemas de acesso.

“Participação Plena e Igualdade” (ONU, 1981).^[24]

O ano de 1981 foi declarado como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), onde mundialmente pessoas com deficiência criaram campanhas, tendo como lema “Participação Plena e Igualdade”, ou seja, as diversas pessoas com deficiência ao redor do mundo perceberam que também eram cidadãos plenos de direitos e tentaram mudar a realidade injusta em que viviam, onde por conta de suas deficiências, elas tinham menos direitos que pessoas sem nenhum tipo de problema. As milhares de pessoas que participaram das campanhas, tentavam alertar a sociedade quanto as barreiras arquitetônicas e exigiam que essas barreiras não fossem postas em futuros projetos de construções e que as já existentes fossem eliminadas, através dos desenhos acessíveis e adaptáveis respectivamente.

“Todas as barreiras que impeçam a igualdade de oportunidades devem ser removidas” (*Disabled Peoples International*, 1983).^[25]

Em 24 de Outubro de 1989, no Brasil, o ex-presidente José Sarney proclamou uma lei (nº 7.853) em que o país defendia os direitos coletivos das pessoas com deficiência, definindo como crime o preconceito contra os mesmos.

2.2 – Desenho Universal

Especificamente, o Desenho Universal é dito como “A concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico”, melhor traduzindo, produtos e ambientes acessíveis para toda a sociedade, independentemente de suas características pessoais, idade ou habilidades.^[13] O conceito de Desenho Universal surgiu na década de 90 na Universidade da Carolina do Norte, EUA, por profissionais da área de arquitetura, sendo o criador da expressão *Universal Design* o americano e arquiteto Ron Mace.



Figura 2 (Fonte: Desenho Universal – Um conceito para todos. Mara Gabrilli, 2018.)

Ron Mace, que na época utilizava cadeira de rodas, foi o líder do grupo defensor das ideias do Desenho Universal, onde criou sete princípios para a concretização dos seus ideais.

2.2.1 – Princípio 1: Uso equitativo

O primeiro princípio tem como essência ser útil a pessoas com diversas capacidades. Promove a mudança dos espaços, produtos e objetos, para que eles possam ser utilizados por usuários com diferentes capacidades, tornando os ambientes iguais para todos. Oferecer segurança, privacidade e proteção para todos também é o objetivo do primeiro princípio. A figura abaixo mostra que a rampa de entrada ao edifício é acessível tanto para o cadeirante quanto para a mulher com o carrinho de bebê.



Figura 3 (Fonte: Desenho Universal – Habitação de interesse social. Governo de São Paulo, 2018.)

2.2.2 – Princípio 2: Flexibilidade no uso

Atender as necessidades de pessoas com diferentes habilidades, modificando o design de produtos ou espaços, é o foco do segundo princípio. O princípio 2 exige que os projetos permitam mudanças em suas paredes, para que os locais possam ter ajustes na acessibilidade (Figura 4).



Figura 4 (Fonte: Desenho Universal – Habitação de interesse social. Governo de São Paulo, 2018.)

2.2.3 – Princípio 3: Uso simples e intuitivo

Tem como objetivo facilitar a compreensão e a utilização dos produtos ou objetos, sem a exigência de experiência, conhecimento ou capacidade linguística do utilizador. O terceiro princípio também age eliminando complexidades desnecessárias e disponibilizando informações segundo a ordem de importância. Na Figura 5 pode-se verificar o uso desse princípio, onde as imagens mostradas são postas em portas de banheiros para facilitar a indicação para qual usuário eles são destinados.



Figura 5 (Fonte: Desenho Universal – Um conceito para todos. Mara Gabrilli, 2018.)

2.2.4 – Princípio 4: Informação Perceptível

Busca comunicar com facilidade e de maneira eficaz as informações necessárias, atendendo as necessidades do utilizador, independentemente das suas capacidades ou condições ambientais, usando diferentes modos de comunicação, como símbolos, informações sonoras, entre outras.

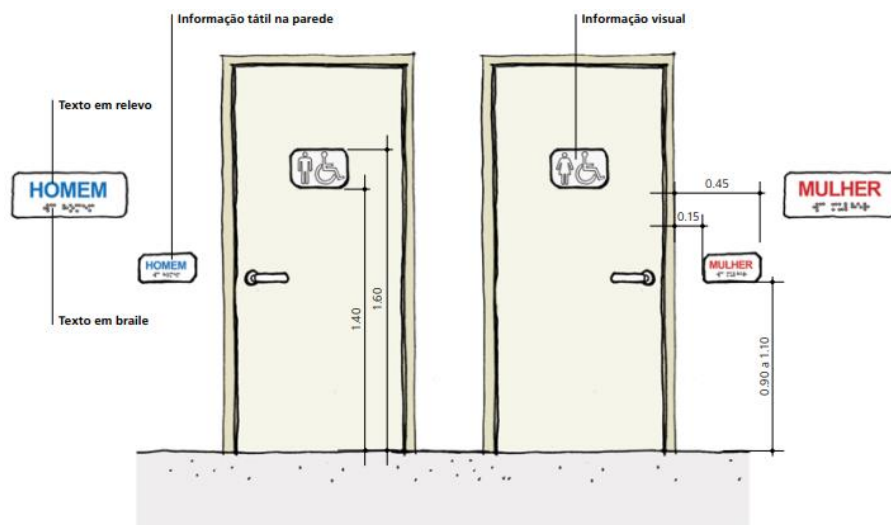


Figura 7 (Fonte: Desenho Universal – Habitação de interesse social. Governo de São Paulo, 2018.)

2.2.5 – Princípio 5: Tolerância ao erro

Foca em minimizar os riscos e consequências desfavoráveis de ações acidentais, considerando a segurança na elaboração de ambientes e a escolha dos produtos e materiais de acabamento, no caso dos corrimãos e equipamentos eletromecânicos, a serem utilizados nos projetos, com o intuito de minimizar os riscos de incidentes, a exemplo da Figura 8 onde mostra escadas com corrimãos, assegurando o uso delas pelos indivíduos.

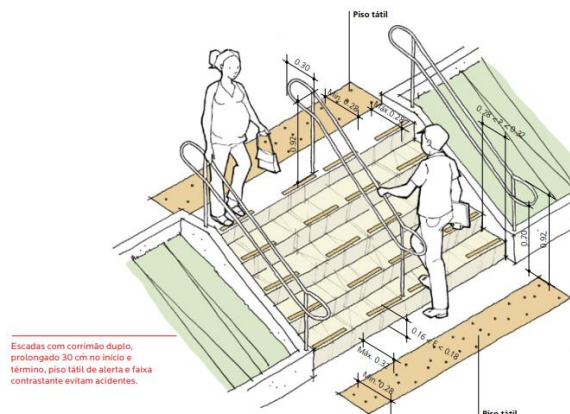


Figura 8 (Fonte: Desenho Universal – Habitação de interesse social. Governo de São Paulo, 2018.)

2.2.6 – Princípio 6: Mínimo esforço físico

O princípio 6 diz que os objetos precisam proporcionar conforto e o mínimo de uso da fadiga e que possam ser usados de uma forma eficiente, permitindo o uso em uma posição neutra do corpo e usando menos força para operar. Um bom exemplo seria as torneiras de sensor, que minimiza o esforço físico (Figura 9), pois para seu funcionamento só necessita que o utilizador passe a mão no sensor.



Figura 9 (Fonte: Desenho Universal – Um conceito para todos. Mara Gabrilli, 2018.)

A Figura 10 ilustra o uso da janela pelo cadeirante em uma posição neutra do corpo, fazendo menos esforço físico.



Figura 10 (Fonte: Desenho Universal – Habitação de interesse social. Governo de São Paulo, 2018.)

2.2.7 – Princípio 7: Tamanho e espaço para aproximação e uso

Providencia o tamanho e o espaço apropriado para o alcance, aproximação e uso dos produtos e objetos, sem exigir um tamanho corporal ou postura específica do utilizador.



Figura 11 (Fonte: Desenho Universal – Habitação de interesse social. Governo de São Paulo, 2018.)

2.3 – Acessibilidade versus Desenho Universal

Quando se fala em acessibilidade, no Brasil existe apenas a norma NBR 9050/2015 que se aplica em lugares públicos e de uso comum.

O desenho universal proporciona habitações que consigam ser utilizadas por todas as pessoas, em qualquer situação (seja ela idosa, criança ou que tenha alguma deficiência), com segurança e conforto. Elimina particularidades discriminatórias nos espaços, atentando-se à qualidade estética, fazendo o uso de produtos disponíveis na indústria da construção.

A diferença entre desenho universal e acessibilidade está relacionada aos locais e pessoas em que eles estão destinados. Quando se trata de acessibilidade, existe uma série de regras e requisitos, que são dados pela ABNT NBR 9050, e voltados especificamente para pessoas com deficiência. Já o desenho universal é funcional para todas as pessoas e permite adequações, tendo apenas três categorias de diretrizes (unidades habitacionais, áreas comuns condominiais e áreas públicas urbanas) que demandam orientações e exigências particulares, necessitando a observação do projetista.

2.4 – Acessibilidade em espaços públicos

Cada vez mais presente atualmente em discussões e debates, a acessibilidade é um assunto fundamental quando se trata de espaços públicos. Com base em um conjunto de normas, legislações e na consciência de ter espaço para todos, a acessibilidade em prédios públicos estabelece exigências mínimas, com a arquitetura do local. É indispensável as condições de acesso nas instalações do serviço público, fazendo parte de todo o percurso do usuário, seja ele vindo a pé ou em algum tipo de transporte, de modo que os artifícios utilizados como elemento de acessibilidade sirvam de auxílio a todos os modos de chegada dos usuários.

Inicialmente, analisando as imediações dos edifícios públicos, é de essencial importância avaliar o calçamento, onde o mesmo em todos os casos precisa garantir o livre percurso (Figura 12), sem situações de risco para os passantes, independentemente de mobiliários urbanos ou quaisquer outros elementos que componha o local planejado, ou melhor, as áreas de fluxo de pessoas nas calçadas devem ser destacadas em relação aos equipamentos urbanos que possam atrapalhar a passagem.^[17]

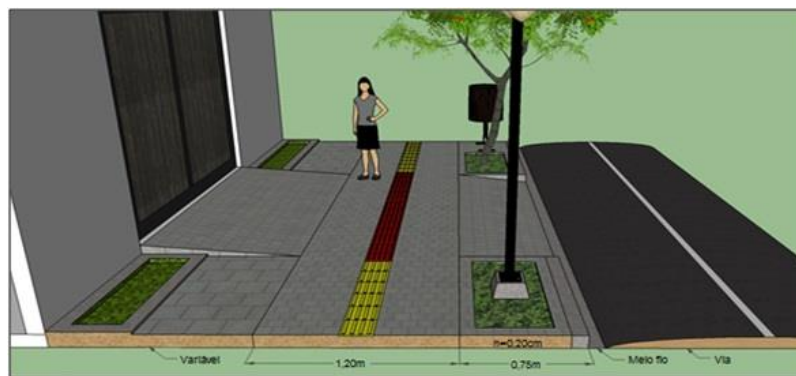


Figura 12 – Calçadas padronizadas com acessibilidade (Fonte: Prefeitura de Macapá, 2018.)

O trajeto nas calçadas é afetado por rampas mal posicionadas, barreiras provocadas por vegetação, mobiliários, postes e até mesmo pela própria arquitetura da edificação, com entradas de garagem que atrapalham a passagem dos transeuntes. Grelhas também são um perigo para os cadeirantes, pois corre o risco de os pneus da cadeira de rodas ficar preso nos vãos da grelha (que tem um tamanho máximo permitido de 15mm na vertical, mas preferencialmente 5mm) e causar um acidente com o indivíduo.^[17]

A inclinação transversal também é um dos fatores que pode afetar a caminhada dos cadeirantes. De acordo com a NBR 9050/2015 a inclinação não pode ser maior que 3%, pois uma porcentagem maior pode acarretar em complicações tanto aos deficientes físicos quanto aos visuais.^[17]

Com relação aos deficientes visuais, algumas calçadas não possuem os pisos táteis adequados (piso direcional e piso de alerta), como o próprio nome indica, o piso direcional guia o deficiente visual por um caminho seguro, já o piso de alerta avisa o indivíduo sobre algum obstáculo que esteja à sua frente. Existem alguns casos onde os pisos não são postos corretamente, podendo causar confusão ao indivíduo com deficiência visual que está caminhando pela calçada.^[17]

Uma grande importância relacionada a acessibilidade nos edifícios públicos é o recebimento das pessoas com deficiência ao seu estabelecimento. Os métodos utilizados para facilitar a recepção dessas pessoas variam de acordo com o transporte a qual elas estão vindo, são eles: transporte público, táxi e carro próprio.

Se o indivíduo portador de deficiência chegar ao local de ônibus, o arquiteto precisa atentar-se aos locais que tenham uma faixa de pedestre, para implementar o rebaixamento do meio-fio (rampas) e os pisos táteis.

Nos locais em que há a aproximação de taxis, as entradas devem possuir recuos para facilitar a chegada dos taxis e devem possuir rebaixamento do meio-fio nesses recuos.^[17]

Quando o deficiente (visual ou físico) chegar ao edifício por meio de carro próprio, o local deve haver vagas especiais em locais seguros e próximas à entrada do prédio. Também deve assegurar que o indivíduo tenha visibilidade para atravessar a rua após sair do veículo. As vagas especiais têm seu número exigido em 1 para 11 de 100 vagas existentes.^[17]

Pisos direcionais e alertas devem ser postos para orientar e assegurar as pessoas com deficiência visual. Os pisos podotáteis (como são conhecidos) devem estar perfeitamente encaixados, integrados e sem apresentar desníveis em seu contorno. Já os pisos direcionais, que tem como objetivo informar a direção à pessoa com deficiência visual, devem ser colocados em percursos livres completamente de interferências (como placas, postes etc.). Caso no percurso tenha diferenças de nível, os pisos direcionais devem ser ligados ao piso de alerta nas rampas ou em rebaixamentos de meio-fio. Os pisos alerta serão utilizados para indicar mobiliários suspensos (telefone público, lixeiras), rampas, rebaixamentos de meio-fio e escadas.^[17]

Nos edifícios, a acessibilidade começa a partir da fachada, que precisa comunicar visualmente a entrada principal. O piso externo e interno do edifício deve haver um nível mínimo de diferença, sendo essas diferenças compensadas por escadas e/ou por rampas obrigatoriamente. Esse nível não poderá ultrapassar 15mm (milímetros) e deve ser biselado com inclinação máxima de 50% (por cento) ou ângulo de 45 graus^[1]. É de suma importância que o proprietário do local siga as especificações da norma (NBR 9050) ao mandar construir as rampas (externas ou internas) do edifício, pois elas podem se tornar inviáveis para um cadeirante, seja pelas medidas incorretas de passagem ou pela forte inclinação, precisando também dispor de pisos antiderrapantes e táteis em seu início e fim.

Em relação ao interior dos edifícios, é importante que este possua um mapa tátil, para informar os pontos principais do prédio, como banheiros, elevadores, escadas, saídas de emergência etc. As escadas devem possuir seus degraus paralelos, com medida mínima de 120cm (centímetros) de largura, porém, elas não podem ser em espiral. As escadas devem possuir piso-alerta no início e no fim delas, e cada degrau deve conter sinalização visual na borda do piso, fazendo indício ao fim do degrau, sendo a cor em contraste com a do acabamento e com largura de 2 (dois) a 3 (três) centímetros de largura e 20 (vinte) centímetros de extensão. Corrimãos com seção circular são recomendados serem colocados em escadas, porém são obrigatórios em rampas, com alturas de 92 (noventa e

dois) e 72 (setenta e dois) centímetros, para manter a segurança tanto das pessoas de baixa estatura quanto as de alta estatura.^[17]

Para atender portadores de deficiência física, os prédios públicos devem investir, além de rampas, em plataformas verticais ou de plano inclinado. Essas plataformas devem possuir dispositivos de segurança em relação à área do percurso (no caso das verticais), informações de como utilizar o equipamento. No caso das plataformas inclinadas, estas devem ser postas diretamente sobre as escadas e deve haver obrigatoriamente o acompanhamento de pessoal habilitado durante a utilização deste dispositivo.^[17]

As portas dos locais devem dispor de placas com informações, postas no centro de cada porta, identificando a atividade de cada setor, rotas de fuga e com símbolo feminino ou masculino (em relação a banheiros). As placas táteis devem ser postas ao lado da porta, com uma distância de 15 (quinze) centímetros da borda, sendo de acordo com cada setor. A abertura das portas também deve ser considerada, permitindo que elas possam ser acessadas tanto por usuários com cadeira de rodas, quanto por pessoas não portadoras de deficiências.^[17]

Nos edifícios públicos, 5% dos seus banheiros devem ser acessíveis e conter identificação clara, na porta e na parede adjacente, do tipo de banheiro (masculino, feminino, adaptado ou infantil), sendo essa identificação no formato de figura (desenho universal) na porta e na parede de forma escrita e tátil, além da placa em braile. De acordo com a norma ABNT 9050/2015, o espaçamento dos sanitários deve estar adequado para receber qualquer tipo de pessoa, obedecendo rigorosamente as alturas, distâncias e diâmetros indicados.^[17]

Muitos dos edifícios públicos são universidades ou escolas, e dentro desses prédios podem existir diversos auditórios, que recebe palestras e aulas. Os auditórios também devem ser analisados de acordo com a ABNT NBR 9050/2015. Eles obrigatoriamente devem permitir o acesso por pessoa em cadeira de rodas, tanto no palco quanto na plateia, sendo esse acesso por rampas (com inclinação máxima de 16,66%) ou por plataformas verticais postas próximas ao palco. São necessários lugares reservados para o posicionamento da cadeira de rodas junto às poltronas e fora da passagem das pessoas, com locais de boa visibilidade. O palco deve conter pisos táteis de alerta, para evitar algum acidente com deficientes visuais.

2.5 – Norma ABNT NBR 9050/2015

No ano de 1985 a norma técnica relativa a acessibilidade foi criada e intitulada de ABNT NBR 9050 – Adequação das edificações, equipamentos e mobiliário urbano à pessoa portadora de deficiência (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2018)^[26]. Foi atualizada duas vezes, tendo sua versão mais recente a de 2015. Esta norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade, visando proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção (ABNT NBR 9050, 2018)^[4].

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo de caso descritivo, onde foram feitas análises e visitas a alguns auditórios da UFERSA, campus Mossoró, para verificar se os mesmos estão em conformidade com a norma que rege a acessibilidade.

A pesquisa foi feita de maneira qualitativa, onde foram convidadas “x” pessoas aos locais, uma delas é portadora da deficiência visual e as outras três não portam nenhum tipo de deficiência. Um dos voluntários interpretou o papel de deficiente físico para a verificação das dificuldades apresentadas nos auditórios e outro voluntário era funcionário do CAADIS (Coordenação Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão Social) da UFERSA. Os participantes da pesquisa foram entrevistados a partir de alguns questionamentos sobre a acessibilidade do local, onde de acordo com as respostas, foi possível avaliar os auditórios e fazer a comparação entre os indivíduos sem nenhuma deficiência, com os portadores de deficiência (física e visual).

3.1 – Aplicação de questionário

As perguntas foram feitas com base nas dificuldades apresentadas por cada participante e também que afetasse todos eles em geral. No caso do deficiente visual, foi questionado se ele sentiu alguma dificuldade em chegar ao local determinado (desde a entrada no bloco, até chegar ao auditório em si) ou se o local o auxiliava a ir até as saídas de emergência, em outras palavras, se os auditórios possuíam pisos táteis para a orientação do voluntário com deficiência visual.

Referente ao deficiente físico, foram abordadas questões sobre as rampas de acesso ao bloco (onde situa-se o auditório), como também foram feitas perguntas sobre o espaçamento das portas e cadeiras, se elas eram adequadas à passagem dele juntamente com a cadeira de rodas e também se o local proporcionava um espaço adequado, sem que ficasse apertado ou impedindo a passagem de outras pessoas.

Com relação aos participantes que não possuíam deficiências, foram feitas perguntas em relação à acessibilidade em geral do local, se as escadas estavam em uma boa altura e se as cadeiras dos auditórios eram confortáveis ou se apresentavam algum incômodo.

3.2 – Etapas da pesquisa

A pesquisa foi dividida em etapas, que vão desde a visita aos locais para a análise do problema, até sua conclusão com as respostas para a solução (se houver) do problema abordado.

Etapa 1: Foi feita uma visita aos auditórios da UFERSA, campus Mossoró. Foram tiradas fotos dos locais, desde a entrada no bloco até chegar no auditório. Verificou-se se os locais estão adequados a receber um público portador de deficiência (física e visual) ou com redução da mobilidade.

Etapa 2: Após a visita e análise dos locais, foi feito um estudo com base na norma que rege a acessibilidade em edificações (ABNT NBR 9050/2015) com o intuito de analisar a conformidade dos auditórios com ela.

Etapa 3: Foi levado algumas pessoas para participarem da pesquisa, entre elas um deficiente visual, um voluntário que interpretou o deficiente físico com uma cadeira de rodas e duas pessoas sem nenhum tipo de deficiência. Aplicou-se um questionário a eles, com o intuito de entender como eles se sentem nos auditórios e comparar a situação de ambos

Etapa 4: Foi feita a análise das respostas dadas pelos entrevistados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão analisados os resultados obtidos com o estudo da acessibilidade nos auditórios da UFERSA, campus Mossoró, com isso foi possível formular a Tabela 1, onde são mostradas as notas referentes a alguns critérios analisados nas visitas aos auditórios A, B e C (como foram denominados).

Tabela 1 – Resultados obtidos na visita aos auditórios. (Fonte: Autoria Própria)

AUDITÓRIOS	DIFICULDADES	ORIENTAÇÕES	ACESSIBILIDADE
AUDITÓRIO A	3	2	3
AUDITÓRIO B	4	4	4
AUDITÓRIO C*	3	4	4

*Nota: *o auditório em questão estava passando por reformas no momento da pesquisa, portanto, a análise do local foi feita apenas fora do auditório (da entrada do bloco até a entrada do auditório).*

Os critérios utilizados para chegar as respostas dos entrevistados foram baseados nas informações em que os mesmos passaram. As notas dadas variam de 1 até 5, onde as notas que se aproximam de 1 são as que apresentam mais problemas e as notas que se aproximam de 5 significa que os locais estão mais adequados com a norma ABNT NBR 9050/2015, sendo a pontuação 3 um intermediário entre o “ruim” e o “bom”, onde essa nota mostra que os locais abordados não estão tão desfavoráveis à recepção dos indivíduos, porém necessitam de melhorias.

4.1 – Auditório A

O Auditório A foi o que apresentou os maiores problemas, pois de acordo com a análise do local e a partir das respostas dadas pelos voluntários, ele foi o que mais demonstrou falhas em sua estrutura. Foi detectado a falta do piso e mapa tátil (para orientação do deficiente visual) e a falta de uma plataforma para auxiliar o deficiente físico a subir no palco (Figura 13).



Figura 13 (Fonte: Autoria Própria, 2018.)

Verificou-se que a rampa da saída de emergência tem uma alta inclinação e formato que dificulta a utilização por parte do cadeirante. (Figura 14).



Figura 14 (Fonte: Autoria Própria, 2018.)

Os banheiros do auditório não possuem espaço suficiente para a passagem de um indivíduo com deficiência física que esteja em uma cadeira de rodas (Figura 15). Contudo, em relação ao intervalo entre as poltronas do auditório para a colocação de cadeiras de rodas está de acordo com a norma padrão. As inclinações (rampas) e os corrimões, de acordo com os voluntários, também estão adequados. Portanto, atribuiu-se ao Auditório A uma nota 3 (três), com relação à acessibilidade geral do local, pois apesar dos problemas encontrados, o auditório pode receber visitantes que portem algum tipo de deficiência.



Figura 15 (Fonte: Autoria Própria, 2018.)

Notou-se também que as portas não possuem plaquinhas em braile para a orientação do deficiente visual (Figuras 16 e 17).



Figuras 16 e 17 (Fonte: Autoria Própria, 2018.)

De acordo com alguns funcionários do CAADIS (Coordenação Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão Social) da UFERSA, o auditório em questão ainda está passando por reformas que irão melhorar tanto a acessibilidade do local quanto o conforto aos demais visitantes (que não possuam patologias físicas), sendo uma dessas reformas, segundo funcionário da ASSECOM (Assessoria de Comunicação), a colocação de uma plataforma no palco.

Os entrevistados que não possuíam nenhuma deficiência informaram que o local está bem acessível, porém, relataram um problema em relação aos banheiros, pois eles são bem pequenos, tanto para eles quanto para alguém de cadeira de rodas ou obeso (Figura 18). O local também não possuía banheiro especial para cadeirantes palestrantes, apenas dois banheiros (masculino e feminino).



Figura 18 (Fonte: Autoria Própria, 2018.)

4.2 – Auditório B

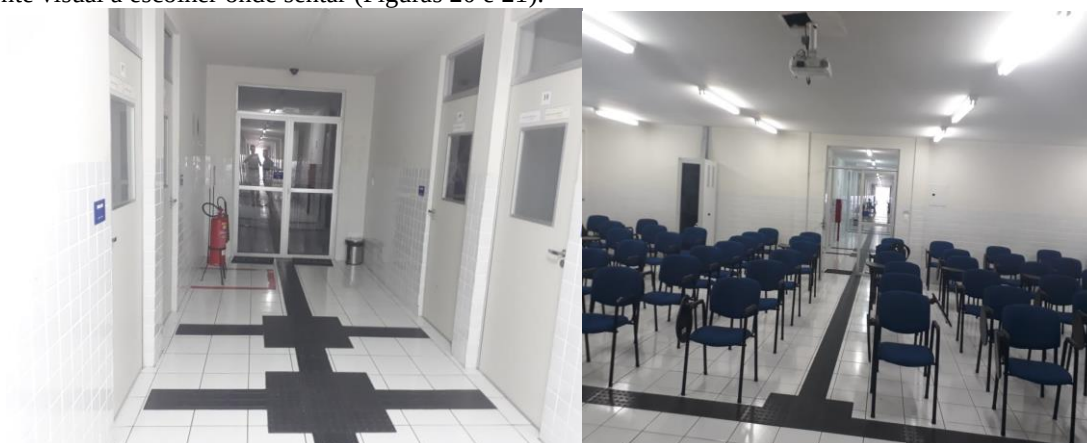
Os mesmos pontos discutidos no Auditório A, foram postos em pauta no Auditório B, porém, este foi o que melhor agradou aos participantes da pesquisa, tendo as melhores pontuações.

De acordo com as respostas, pôde-se analisar que os participantes tiveram poucas dificuldades até chegar ao auditório (nota 4), a partir do bloco, sendo por meio da rampa (com a cadeira de rodas) e pelas escadas (Figura 19).



Figura 19 (Fonte: Autoria Própria, 2018.)

A orientação do local também estava de acordo com a norma e facilitou a caminhada do deficiente visual, pois haviam pisos táteis (tanto de alerta quanto direcional) pelo bloco e também dentro do auditório, auxiliando o deficiente visual a escolher onde sentar (Figuras 20 e 21).



Figuras 20 e 21 (Fonte: Autoria Própria, 2018.)

Foi dada a nota 4 para a acessibilidade geral do local, porém, dois pequenos erros incomodaram os entrevistados, sendo um deles desconforme com a norma. O primeiro erro foi encontrado na saída de emergência, onde a mesma não possui rampa para os cadeirantes e o desnível é um tanto alto, dificultando mais ainda a saída dos usuários de cadeira de rodas (Figura 22). O segundo erro foi apontado pelos usuários não portadores de deficiências, pois os mesmos reclamaram do tamanho das cadeiras do auditório, afirmando que elas são extremamente desconfortáveis.



Figura 22 (Fonte: Autoria Própria, 2018.)

4.3 – Auditório C

A análise do local foi feita a partir da entrada do bloco, até a chegada à entrada do auditório. A única dificuldade encontrada pelo cadeirante foi a rampa (Figuras 23 e 24), pois ela estava um pouco íngreme, dificultando a subida do usuário com cadeira de rodas, exigindo mais força do que o normal. Ao longo do prédio, o voluntário portador da deficiência visual se sentiu bem orientado pelos pisos táteis e não teve dificuldades em chegar até o auditório, pois o local estava bem sinalizado e com as plaquinhas em braille, o que auxiliou ao entrevistado. Em relação aos participantes que não possuíam deficiências, eles não encontraram nenhum problema pelo prédio e não tiveram dificuldades de acesso ao local.



Figuras 23 e 24 (Fonte: Autoria Própria, 2018.)

Durante a pesquisa do presente artigo, o auditório em questão está passando por reformas (Figura 25), porém, de acordo com a coordenadora de um dos departamentos da instituição, o CAADIS (Coordenação Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão Social), o mesmo irá adequar-se as normas de acessibilidade, contendo rampas acessíveis, pisos táteis e plataforma vertical.



Figura 25 (Fonte: Autoria Própria, 2018.)

4.4 – Análise das desconformidades com a norma ABNT NBR 9050/2015

No quadro abaixo pode-se observar em que pontos da norma cada auditório está em desacordo.

Quadro 1 – Tópicos não atendidos pelos auditórios. (Fonte: Autoria Própria)

Auditório A	Não estava em conformidade com 19 (dezenove) pontos da norma.	O Auditório A não atendeu a dez pontos do tópico 5 da norma, três pontos do tópico 6 e seis pontos do tópico 7.
Auditório B	Não estava em conformidade com 1 (um) tópico da norma	O Auditório B não atendeu a um ponto do tópico 4 da norma.
Auditório C	Não estava em conformidade com 1 (um) tópico da norma	O Auditório C não atendeu a um ponto do tópico 6 da norma.

Os pontos mostrados na tabela anteriormente condizem com as reclamações feitas por parte dos voluntários que participaram da entrevista em cada local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todas as visitas feitas aos auditórios e as análises feitas de acordo com as respostas obtidas pelos entrevistados em cada auditório, foi possível observar que os três locais possuem algumas não-conformidades com a norma ABNT NBR 9050, dificultando assim a visita de pessoas portadoras de deficiência física ou visual, seja como ouvinte ou palestrante. Observou-se que um dos auditórios também prejudica indivíduos não portadores de deficiências. Portanto, são necessárias mudanças nos diversos problemas notados nos locais analisados, corrigindo as não-conformidades e melhorando os auditórios para que mais pessoas possam visitá-los sem ocorrer nenhum tipo de acidente.

A ABNT NBR 9050/2015 foi utilizada como base para o estudo da acessibilidade aos auditórios, porém, nem todos os tópicos da norma foram conferidos e utilizados, apenas aqueles que condiziam com o local de pesquisa adotado. Com o término da pesquisa, pôde-se notar diversos outros fatores além da acessibilidade, que podem influenciar negativamente os locais. Desse modo, uma possível análise ergonômica dos auditórios visitados ou até mesmo o estudo da acessibilidade nos demais prédios da instituição, pode-se levar como sugestões para pesquisas futuras.

6. REFERÊNCIAS

- [1]ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 1-148. 2015. Disponível em <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- [2]OLIVEIRA, Luiza Maria Borges; OLIVEIRA, Lara; DINO, Daniel. Pessoas com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010**, Brasília-DF, v. 12, p. 1-36, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

- [3]TURMINHA DO MPF. **O que é acessibilidade e respeito aos deficientes?**. Disponível em: <<http://www.turminha.mpf.br/viva-a-diferenca/acessibilidade/o-que-e-acessibilidade-e-respeito-aos-deficientes-1>>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- [4]VIEIRA, Tamara de Barros et al. **A acessibilidade na Universidade Federal de Viçosa sob a perspectiva do cadeirante: Um estudo de caso**. Viçosa - MG: [s.n.], 2009. 13 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/192152985/A-ACESSIBILIDADE-NA-UNIVERSIDADE-FEDERAL-DE-VICOSA-SOB-A-PERSPECTIVA>>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- [5]COSTA, Marisa Fernanda Leão Da; SOUZA, Christianne Thatiana Ramos De. Acessibilidade e inclusão de cadeirantes na universidade federal do Pará. **Revista ibero-americana de estudos em educação**, Araraquara, v. 9, n. 2, p. 1-11, 2014.
- [6]VIGENTIM, Uilian Donizeti. **Tecnologia Assistiva: analisando espaços de acessibilidade às pessoas com deficiência visual em universidades públicas**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115666/000809686.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- [7]SOUZA, Salete Cecília de. **Acessibilidade: Uma proposta de metodologia de estruturação de serviços informacionais para usuários cegos e com visão subnormal em biblioteca universitária**. Florianópolis: [s.n.], 2004. 141 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87855/224712.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- [8]TANGARIFE, Timóteo Moreira. **A ACESSIBILIDADE NOS WEBSITES GOVERNAMENTAIS: UM ESTUDO DE CASO NO SITE DA ELETROBRÁS**. 2007. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=10500@1>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- [9]GARCIA, Vinícius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do mundo..** 2011. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- [10]SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. São Paulo: [s.n.], 2012. 9 p. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- [11]NETO, Max Paskin. **A evolução histórica, normativa e social do conceito de 'desenho universal' e seus impactos sobre acessibilidade e mobilidade urbana: Estratégias para implementação prática**. 2014. Disponível em: <<https://maxpaskin.jusbrasil.com.br/artigos/125579570/a-evolucao-historica-normativa-e-social-do-conceito-de-desenho-universal-e-seus-impactos-sobre-acessibilidade-e-mobilidade-urbana>>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- [12]PEPITONE, Carolina. **DESENHO UNIVERSAL**. 2014. Disponível em: <<http://arq.ap1.com.br/desenho-universal/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- [13]NASCIMENTO, Sérgio Paulo. **Acessibilidade e Desenho Universal - Conceitos, Tendências e Desafios**. [S.l.: s.n.], [2014?]. 33 p. Disponível em: <http://www.confea.org.br/media/palestra_acessibilidade_sergiopaulodasilveira.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- [14]CARLETO, Ana Cláudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal - Um conceito para todos**. São Paulo: [s.n.], 2007. 38 p. Disponível em: <<http://maragabrilli.com.br/publicacoes/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- [15]CRPG – CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA. Associação de direito público. **Os 7 princípios do Desenho Universal**. 2008. Disponível em: <<http://www.crpg.pt/estudosProjectos/temasreferencia/acessibilidades/Paginas/DesenhoUniversal.aspx>>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- [16]**DESENHO UNIVERSAL - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: DIRETRIZES DO DESENHO UNIVERSAL NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO**. São Paulo: [s.n.], 2010. 97 p. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- [17]BENEVIDES, Eneida Bueno; REGINO, Luciane Melo. **Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos: Guia para Gestores**. [S.l.: s.n.], 2015. 83 p. v. 1. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/manual-de-acessibilidade-para-predios-publicos>>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- [18]IBDD - INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Instituição. **Primeira lei voltada para as pessoas com deficiência completa 22 anos mas ainda não tira brasileiros dos “campos de concentração”**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibdd.org.br/noticias/noticias-informe-85%20primeira%20lei%20voltada.asp>>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- [19]LIGADO, Patricia Leal. **PREFEITURA DE MACAPÁ ORIENTA POPULAÇÃO SOBRE PADRONIZAÇÃO DE CALÇADAS**. 2017. Disponível em: <<http://macapa.ap.gov.br/757-prefeitura-de>>

macap%C3%A1-orienta-popula%C3%A7%C3%A3o-sobre-padroniza%C3%A7%C3%A3o-de-cal%C3%A7adas>. Acesso em: 31 jul. 2018.

[20]CARDOSO, Ana Carolina Moura. **Como não construir uma calçada acessível**. 2015. Disponível em: <<http://blog.ew7.com.br/index.php/noticias/120-como-nao-construir-uma-calcada-acessivel>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

[21]LIMA, Júlio César. **Calçadas de Curitiba ainda não têm acessibilidade**: Capital paranaense passa por obras para melhorar calçamentos, incluindo o rebaixamento e conserto dos passeios. 2012. Disponível em: <<http://www.mobilize.org.br/noticias/1987/calçadas-de-curitiba-ainda-nao-tem-acessibilidade.html>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

[22]SÃO PAULO. Lei n. 11.228, de 25 de jun. de 1992. Normas para Auditórios. **Normas e Leis para Ocupação de Auditórios e Locais de Reunião**. Luiza Erundina de Souza. São Paulo, p. 1-9, jun. 1992. Disponível em: <<http://www.lavoremoveis.com/LAV/upload/temp/pagina/0ba869a0-18d9-4edf-a01e-99ecc20abfdc.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

[23]ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Órgão da ONU. **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES**. [S.l.: s.n.], 1975. 1 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/images/txt/dec_def.txt>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[24]FONSECA, Katia. **Ano Internacional das Pessoas Deficientes celebra 30 anos**. 2013. Disponível em: <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/11/blogs/to_dentro/115258-ano-internacional-das-pessoas-deficientes-celebra-30-anos.html>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[25]HILL, Cave. **DISABLED PEOPLES INTERNATIONAL**. 1983. Disponível em: <<http://principo.org/novos-comentarios--convenco-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-d.html?page=11>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

[26]SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Secretaria de Direitos Humanos. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/associacao-brasileira-de-normas-tecnicas>>. Acesso em: 08 ago. 2018.